



PARA A CRÍTICA DA SUBJETIVIDADE REIFICADA Maria Lucia Kons¹

Para a crítica da subjetividade reificada
Anita C. Azevedo Resende
Goiânia: Editora da UFG, 2009

companhia de sua mãe Deméter, quando, somente então, as plantas germinavam. Notável o fato de que esse livro chegue ao término com poemas tais como “Soneto de um novo olhar para o jardim”, que acena para uma nova germinação; passe pelo do mito do eterno retorno (mesmo que seja para desafiar esse mito nietzschiano) e encerre exatamente com “Soneto (...) para um rito de passagem”, onde “Setas ébrias, / filhas de uma mensageira e Dioniso” vão providenciar aquele recomeço: um amor vivo.

Surpreendente, ainda, o conhecimento que a autora tem do soneto, forma fixa que gozou tanto prestígio entre os clássicos modernos, os parnasianos e simbolistas, mas que jamais deixou de ser exercitada, desde o século XII. Aparecem eles na forma consagrada, também com estrambote, à moda inglesa, e, embora ela mostre preferência pelo nobre decassílabo, vai até o metro bárbaro. Quanto à rima, experimenta várias espécies, optando, às vezes, pela pura assonância, de refinado bom-gosto. Mas, nesse particular, o que lhe interessa mesmo é o ritmo e a louvamos por isso.

Pudemos flagrar, em seus poemas, algumas notas, em surdina, da grande sonetista Florbela Espanca. Naturalmente, aclimatadas ao nosso terceiro milênio. Rita, no entanto, não sucumbe a influências: tem seu próprio estilo, inconfundível. Se outras vozes se insinuam (e há outras), são resíduos de milhas de leituras. Aqui devemos nos lembrar de Julia Kristeva, teórica precursora das noções de intertextualidade. Ela afirma que “para os textos poéticos da modernidade, poderíamos afirmar, sem risco de exagero, é uma lei fundamental: eles se constroem absorvendo e destruindo, concomitantemente, outros textos do espaço intertextual”. Para ela, esta é uma lei: “o texto poético é produzido no movimento complexo de uma afirmação e de uma negação simultânea de um ou outro texto”.

O texto poético da autora de *Sonetos dos amores mortos* não foge a essa regra ou lei. Todavia a autora, no exercício dessa afirmação/negação simultânea, logra alcançar muita dignidade: preserva a marca inconfundível de Rita Moutinho.

Ao longo da história, objetividade e subjetividade normalmente foram vistas como duas vertentes antagônicas da vida e da sociedade humanas. Contudo, separadas tornam-se abstratas, ou mesmo falsas. Alguns estudos buscam unilas em busca da universalidade e completude humanas. O livro *Para a crítica da subjetividade reificada*, de Anita C. Azevedo Resende, publicado pela Editora da UFG, na Coleção Critérios, é exemplo dessa tentativa de unir objetividade e subjetividade, pois, conforme a autora, a “análise da realidade social despojada da vida subjetiva transforma-se em sociologismo; ao mesmo tempo, a análise da vida subjetiva despojada da objetividade transforma-se em psicologismo” (p. 18-19). Composto por seis capítulos que adentram pelo tema do trabalho, da alienação, do fetichismo e da reificação, não de forma isolada, mas complementar, o livro de Resende trata da objetividade e da subjetividade que perpassam por cada um dos temas.

No primeiro capítulo, “Tema e andamento”, Resende discorre sobre o tratamento historicamente dado à subjetividade, a começar em Marx, em que questiona dois aspectos: a crença na externalidade da vida subjetiva no pensamento

¹. Revisora da Editora da UFG.

marxista e a impossibilidade de análise da vida subjetiva nesse pensador. Além disso, a autora destaca que o tema foi visto como “desnecessário”, durante décadas, e que a subjetividade foi atrelada ao individualismo e ao subjetivismo abstrato. Embora Resende encontre em Freud “processos de uma significação social que revelam muito da natureza objetiva da subjetividade” (p. 25), afirma que a psicologia transformou – e continua transformando – a subjetividade em abstração, recusando-a como “dimensão fundamental da vida social”, o que leva ao “subjetivismo sem sujeito, à individualidade abstrata, ao individualismo equivocado e particularista” (p. 26).

A partir dessas constatações, a autora ressalta o pensamento de Lukács em seu projeto de revitalização do marxismo, que promovia a volta da dimensão humana, subjetiva e filosófica ao campo da história. Ou seja, a partir desse pensamento começou a perceber-se que a história “estava impregnada de vida subjetiva” (p. 30). Resende enfatiza nesse livro a importância da compreensão da subjetividade da própria objetividade e a sua devolução à sociedade e à história, bem como a “constituição e elucidação de uma subjetividade destrocada” (p. 31) desde a categoria do trabalho até a da reificação, desenvolvidas em seu texto.

O segundo capítulo, “Trabalho”, faz uma abordagem sobre a contribuição de Hegel no desenvolvimento do conceito de trabalho. Esse filósofo apresentou uma compreensão de homem real, ativo e objetivo que “se constitui com a própria atividade, com o próprio trabalho” e isso, para a autora, “permite revelar a objetividade e a subjetividade” (p. 36). Outro aspecto que ressalta em Hegel é o da consciência que se constitui “fundamentalmente como sociabilidade, como trabalho” (p. 38), no encontro com outras consciências, no enfrentamento de

outros homens. Essa “exteriorização da consciência seria também possibilidade de emancipação” (p. 42).

A relação entre sujeito e objeto, entre subjetividade e objetividade, se expressa por meio da “transformação social realizada pelos homens na realidade objetiva, ou seja, através do trabalho” (p. 43). Ali é o espaço da “afirmação, negação e superação da consciência” (p. 45), bem como da exterioridade e objetividade material; nesse contexto o trabalho é tido como elemento humanizador da natureza. Para Resende, nessa concepção “se situa a base da teoria da alienação” (p. 47). A autora segue sua abordagem sobre trabalho trazendo a acepção universal e histórica de Marx para a discussão. Uma nova compreensão da condição humana é apresentada na visão marxista, em que o homem se converte em ser social por meio do trabalho, no qual se objetiva e o objeto deixa de lhe pertencer. “O resultado da atividade laborativa humana não é, por isso, fonte de reconhecimento, mas, ao contrário, de perda e de alienação de si” (p. 53). Ao final do capítulo, Resende sintetiza o conceito de trabalho encontrado em Marx, um conceito que se desdobra “em dois movimentos: produção e alienação da vida” (p. 55).

A alienação é o foco de concentração da abordagem do capítulo seguinte. A autora traça um percurso a partir de Hegel, Feuerbach e Marx. A teoria hegeliana da alienação se baseia na “objetivação como exteriorização das forças essenciais do homem” (p. 65), e vê não apenas significação negativa, mas principalmente positiva nesse termo. Nessa concepção, Resende identifica alienação com objetivação e afirma só ser possível superá-la por meio da “superação do objeto como um ser-outro” (p. 66). Apesar da limitação da teoria de Hegel que destaca a positividade da alienação, essa concepção supera “em definitivo a tendência vigente de uma crítica moralizante” (p. 68).

Ao trazer Feuerbach para a discussão, a autora de *Para a crítica da subjetividade reificada* destaca a “conversão do homem sensível em centro do sujeito” (p. 69), o que provocou importantes mudanças no pensamento filosófico da época. O fenômeno da alienação em Feuerbach é concebido como o movimento “pelo qual o homem transfere sua essência para um produto de sua consciência” (p. 70); um movimento que se desdobra em dois: o da transferência e o da transformação. Nesse teórico, a alienação tem vertente religiosa e a sua superação só é possível “quando o homem toma consciência de si, reconhecendo-se dotado de poder próprio e enxergando Deus como um produto seu” (p. 72).

A análise de Feuerbach sobre a alienação é dotada, conforme Resende, de debilidade e equívocos, resolvidos posteriormente por Marx. Ao apresentar e discutir o conceito de alienação no pensamento marxista, a autora afirma ser necessário buscar as condições e os desdobramentos da relação dele com o pensamento hegeliano, e aponta duas tendências opostas de leitura: a de continuidade e a de descontinuidade de Marx em relação a Hegel. Em seu livro, Resende propõe avançar a análise numa dialética de ruptura e continuidade dentro da história.

Ao estudar o pensamento marxista, percebe que a alienação está relacionada “às condições concretas nas quais as objetivações humanas podem se processar, aos modos concretos e determinados, qualitativa e quantitativamente, da existência humana” (p. 79). E a persistência dessa alienação se refere ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. Nessa vertente teórica, a superação dela só é possível mediante a superação histórica dessa forma social de produção – o capitalismo. Em Marx, o conceito de trabalho como essência humana é a “chave para o entendimento das determinações específicas de todas as formas de alienação e o núcleo de referência objetiva para a superação real da alienação capitalista” (p. 80). O trabalho alienado, no pensamento marxista, conduz à alienação multifacetada do próprio homem, por quatro aspectos: pelos produtos e pelo processo de seu trabalho, pelo próprio ser e o dos outros homens. Conforme Resende, Marx transforma e supera a ideia de atividade encontrada em Hegel “à medida que supera as características de absoluto e de universalidade da forma alienada da objetivação e, por isso, pode propor a possibilidade da superação real da alienação” (p. 86). No pensamento marxista o tema alienação é acrescido de novos significados e enriquecido com a análise do fetichismo, tema do capítulo seguinte em *Para a crítica da subjetividade reificada*.

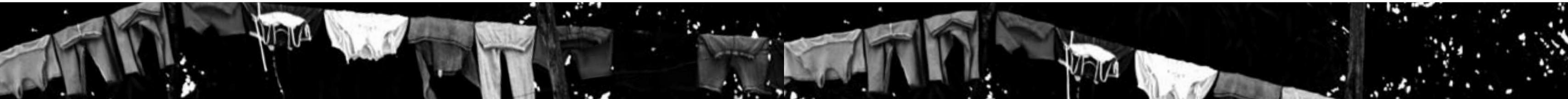
Ao discorrer sobre fetichismo, a autora retoma a discussão da alienação para complementá-la, e aproxima fetichismo e mercadoria a partir da análise de Marx em *O capital*. “As raízes do fetichismo se fincam na estrutura da mercadoria, que guarda as figurações da objetividade e da subjetividade na sociedade burguesa” (p. 97). A autora discorre sobre os valores que constituem a essência da mercadoria: o de uso e o de troca. E afirma que “em toda mercadoria encontram-se depositados um trabalho que dá origem à especificidade do objeto e um trabalho como força empregada, que possibilita ao objeto ser determinado quantitativamente” (p. 101). Na análise das formas de valor, “a mercadoria aparece como algo ‘fantasmagórico’, ‘místico’, ‘misterioso’ que oculta a vida inscrita no objeto” (p. 103). As mercadorias aparecem como se tivessem vida própria, parecem surgir misteriosamente.

O livro apresenta o fetichismo como “fenômeno específico da sociedade capitalista, na qual os produtos do trabalho são convertidos em mercadorias” (p. 105) e, conseqüentemente, o valor de uso é apoderado pelo valor de troca, e o homem é subjugado pelo objeto que criou. Nesse aspecto encontra-se um caráter particular do fetichismo: “a preponderância do valor de troca, que cria a ilusão da verdade no imediato” (p. 105). Resende pontua uma diferenciação entre aparência e realidade, sugerida por Marx, entre a forma aparential e a realidade efetiva de um objeto, bem como chama a atenção para a complexidade da questão. De um lado, a consciência é falsa, e de outro, as relações não são relações entre coisas. Na fetichização da consciência tudo se constitui de forma estranha ao homem, como se as próprias mercadorias se relacionassem entre si, na aparência. O fetichismo provoca um estraçalhamento da consciência – que deveria resguardar a autonomia do sujeito –, contudo, “ele pode oferecer resguardo e se constituir numa afirmação para a consciência estraçalhada e humilhada” (p. 108). Embora a autora faça uma

abordagem marxista e relacione fetichismo à mercadoria, ressalta que o fetiche não pode ser compreendido apenas como uma realidade econômica, pois ele “invade todos os espaços da vida humana, seja os ligados à vida objetiva, seja os da vida subjetiva, atingindo o íntimo do indivíduo” (p. 109), e faz com que as aparências das formas fetichizadas da realidade sejam percebidas como “naturais” e “verdadeiras”, e essa vida como a única possível.

No capítulo dedicado à reificação, Resende ressalta que no conceito da alienação já se encontra o “gêmen” que se desenvolverá no fetichismo e na reificação. E isso pode ser dito em relação a qualquer um dos conceitos discutidos em *Para a crítica da subjetividade reificada*, pois há uma identificação entre eles. Mesmo que o livro tenha um capítulo discorrido sobre cada tema, não há como, de fato, separá-los. A autora busca o embasamento teórico para a reificação em Lukács, o qual parte do fato de que a relação entre as pessoas, na estrutura mercantil, se transforma em relação entre coisas. O fracionamento do processo de trabalho e a sua mecanização acarretam o fracionamento do próprio sujeito e resultam, “de um lado, na progressiva fragmentação do indivíduo e, de outro, na sua atitude contemplativa frente ao trabalho” (p. 117). O próprio indivíduo torna-se mercadoria nas relações reificadas, as quais são “racionalmente encobridoras” e ao mesmo tempo “reveladoras do caráter desumanizante, desumanizado e oculto das relações mercantis” (p. 119).

A autora destaca em Lukács três aspectos fundamentais do fenômeno da reificação: a perda do sentido de totalidade em decorrência da fragmentação; a progressiva racionalização e previsibilidade de todos os setores da vida; e a consciência subjetiva estruturada conforme a estrutura mercantil, uma consciência unitária para o conjunto da sociedade. A fragmentação e mecanização do trabalho e a sua força tida como mercadoria são experiências que convertem o indivíduo em espectador da própria vida. Para Lukács, o pensamento de Hegel foi uma tentativa de superação da reificação do pensamento, porém, feita na lógica, fora da relação concreta, o que “limitou e impediu esse empreendimento hegeliano” (p. 128). Resende desenvolve o tema em questão a partir de uma apropriação da análise de Lukács, mas alerta para alguns riscos que devem ser evitados. O primeiro refere-se “à identificação imediata entre o processo da divisão do trabalho, a fragmentação do sujeito e a reificação” (p. 129-130). Decorrente desse risco há outro, o da identificação entre a separação e a contraposição, opondo objetividade à subjetividade, sujeito e objeto. Há ainda o risco de reificar o próprio conceito de reificação com a transposição de sua análise para uma dimensão psíquica.



Diante desses riscos, a autora aponta qual via seguir para não incorrer neles. Trata-se de não “psicologizar a complexa análise do conceito de reificação de Lukács [...], de não reificar a história [...], de buscar em Lukács a análise da objetividade que não se constitui antissubjetivamente nem transforma a subjetividade numa abstração” (p. 132-133). Aliás, toda a construção de *Para a crítica da subjetividade reificada* deixa transparecer o que Resende chama de “o grande desafio”, posto aos estudiosos e a todos, o qual se sintetiza em “levar a subjetividade à objetividade, des-cobrir nela aquilo que realmente ela representa: a sociedade e a história” (p. 134).

O último capítulo do livro discorre sobre uma dimensão da reificação geral que é a reificação psíquica. Ao adentrar o íntimo subjetivo para entender a reificação, como “petrificação da miséria, da coisificação e da desumanização do indivíduo” (p. 140), a autora encontra em Marx grande contribuição teórica, pois, para ela, esse teórico mostrou que o sujeito é violado em todos os aspectos, em todos os sentidos. Para o entendimento da reificação é preciso relacioná-la “com a negação da possibilidade da universalidade do homem” (p. 139), tanto em sua dimensão histórica quanto psíquica. As reações do indivíduo ao mundo exterior e aos desejos instintivos tornam-se cada vez mais automáticas. E a reificação da dimensão psíquica é constituída pela “redução da autonomia à escravidão, da consciência à

inconsciência, do ego ao *id*”; uma reificação que “não é antagônica e independente, mas complementar à consciência filosófica e histórica” (p. 140).

Isolado, o homem está cada vez mais só e, por esse isolamento de si mesmo e de outros, torna-se incapaz de reconhecer-se e de constituir-se como sujeito – é a individualização sem individuação. Portanto, “o que está em questão é a separação do homem dos outros homens, a constituição do indivíduo separado dos demais” (p. 144) e as “consequências desse esvaziamento e destroçamento do indivíduo” (p. 145). Resende finaliza seu livro com a clareza de que a superação desse quadro de reificação está na recomposição do sujeito fragmentado a partir do seu reconhecimento e retorno à universalidade.

Percorrer as linhas de *Para a crítica da subjetividade reificada* possibilita uma ampla reflexão sobre a sociedade que construímos e nos constrói – num jogo de imagens e representações; sobre o nosso ser “humano” que muitas vezes deixa de ser para ter, e já não tem o que pensava ter; sobre as relações que já não são mais entre pessoas, mas entre coisas; e sobre a possibilidade de ruptura e superação da situação de alienação, fetichismo e reificação vivenciada pelos indivíduos e pela sociedade capitalista, especialmente no espaço do trabalho. É um livro que captura o seu leitor e o leva até a última página. Dali o devolve ao seu lugar na vida. Mas esse leitor já não é o mesmo que começou a ler. Foi modificado.

CORPO EM CENA Silvana Matias Freire¹

Corpoesis: a criação do ator

Newton Murce

Goiânia: Editora UFG, 2009, 207p.

Em busca de um corpo novo. Newton Murce investiga exaustivamente, em sua obra *Corpoesis: a criação do ator*, o caminho que leva à produção de um corpo para a cena. O caminho escolhido para empreender essa investigação é a repetição nos ensaios de teatro. O autor adverte, apesar do termo, não se trata de repetir de forma idêntica; ao contrário, aponta sempre para uma diferença que surge a cada repetição do mesmo.

A pesquisa de Murce vincula-se teoricamente ao campo psicanalítico. Os conceitos utilizados estão ligados à construção lacaniana sobre os registros do real, do simbólico e do imaginário articulados no nó de Borromeu. O nó é uma figura topológica que enlaça, sob a forma de um aro, três cordas. Esse nó apresenta a curiosidade de desmanchar-se se apenas uma das cordas for liberada. O psicanalista Jacques Lacan tomou emprestada essa figura do matemático Guilbaut, utilizando-a como uma escritura em três registros: real, simbólico e imaginário, para tratar da constituição subjetiva e das vicissitudes das estruturas psíquicas.

Nesse trabalho, Murce se serve desses três registros de escritura para sustentar sua elaboração a propósito da repetição como via privilegiada de composição do corpo do ator para a cena. Real, simbólico e imaginário escrevem o corpo do

¹ Silvana Matias Freire é professora de francês no Cepae/UFG.